

...continuação

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração de valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações de valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 25 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenke Nakassato
Contador CRC 1SP160799/O-0



É uma grande vitória. O 14º e o 15º são uma vergonha nacional. É inexplicável e inaceitável.

Carlos Sampaio (SP), líder do PSDB.

Câmara volta à labuta e vota 14º e 15º

Presidente da Casa e líderes partidários decidiram começar as votações do ano, hoje, com projeto que acaba com os salários extras. Ou melhor, com a metade deles.

Com a imagem pública do Congresso desgastada, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e os líderes partidários escolheram o projeto que acaba com o 14º e o 15º salários dos parlamentares como o primeiro a ser votado, após a retomada dos trabalhos legislativos.

A votação marcada para a sessão de hoje do plenário acontece nove meses depois de a proposta ter sido aprovada pelo Senado – e com a segunda parcela já depositada na conta dos parlamentares.

O projeto põe fim aos dois salários extras, R\$ 26.723,13 cada, pagos anualmente em dezembro e em fevereiro, para deputados e senadores a título de ajuda de custo.

"A imagem da Casa será pior ou melhor de acordo com os trabalhos", afirmou Henrique Alves, negando que a escolha do primeiro projeto seja uma tentativa de recuperar a credibilidade dos políticos. Desde o início do ano legislativo, no dia 4 de fevereiro até a semana passada, as votações da Câmara se restringiram a medidas provisórias.

IDEIA DA GLEISI

A proposta original de acabar com os extras foi apresentada pela senadora e atual ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT-PR), logo no início

de seu mandato em 2011, provocando reclamação de setores do Senado e da Câmara. Com o propósito de dar uma resposta à sociedade, os deputados concordaram em acabar com os extras e, ontem, os líderes na Câmara assinaram requerimento para incluir o projeto na pauta desta quarta-feira.

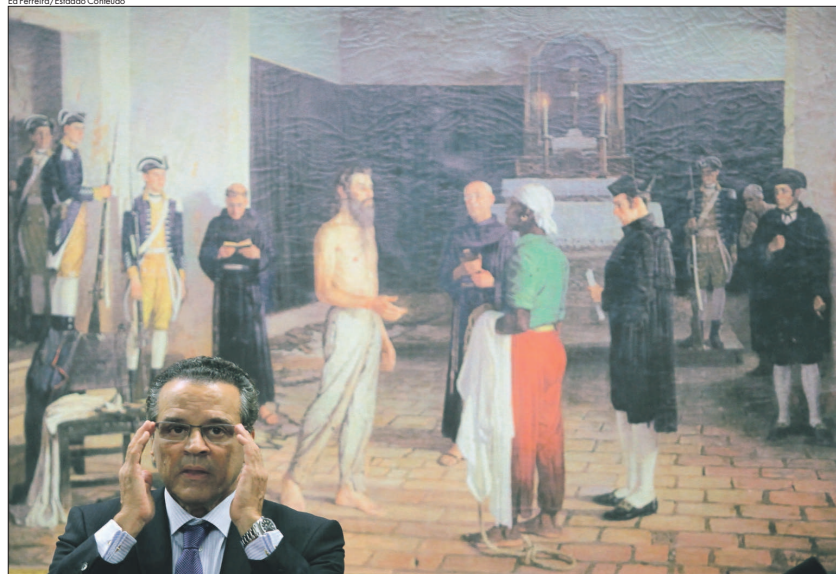
Como se trata de um projeto de decreto legislativo, não há necessidade de sanção da presidente da República para que a regra entre em vigor.

SÓ QUE CONTINUA

O projeto enviado pelo Senado mantém os salários extras no início e no final do mandato, ou seja, duas ajudas de custo no período de quatro anos, para os deputados e de oito anos, para os senadores, e não mais a cada ano, como é atualmente.

De acordo com a proposta, a ajuda é "destinada a compensar as despesas com mudança e transporte" do parlamentar ao assumir o mandato em Brasília e, ao final, para voltar ao estado de origem.

O fim do 14º e do 15º salários representará uma economia anual de R\$ 27,41 milhões para a Câmara e de R\$ 4,32 milhões para o Senado nos dois mandatos em que não houver o pagamento. "Não podemos permitir que um grupo seleto da sociedade brasileira tenha um



O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN): "A imagem da Casa será pior ou melhor de acordo com os trabalhos".

benefício que não é estendido à grande maioria dos trabalhadores do País", afirmou o líder do PPS, Rubens Bueno (PR). "É uma grande vitória. O 14º e o 15º são uma vergonha nacional. É inexplicável e inaceitável", disse o líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP).

DEPOIS, A REFORMA

No propósito de votar propostas paradas na Câmara, Henrique Eduardo Alves anunciou a votação do projeto de reforma política na primeira semana de abril, mesmo que não haja consenso entre os deputados.

"Essa Casa não foi criada para empurrar os temas com a barriga nem deixá-los para depois. O consenso é o ideal, mas, se não for possível, será decisão da maioria", disse o presidente da Câmara dos Deputados, ressaltando que o maior desgaste político da

Câmara é provocado pela omissão e pela não votação de temas polêmicos. "A Casa tem de ter a coragem de enfrentar o voto sim e o voto não. Se não for possível o consenso, vamos para o voto", afirmou o presidente da Câmara. (Estadão Conteúdo)

O Orçamento 2013 e os vetos: é hoje, no STF.

Em julgamento dividido, o Supremo Tribunal Federal (STF) decide hoje se mantém, cassa ou reduz os efeitos da liminar que obrigou o Congresso a votar os mais de 3 mil vetos presidenciais antes de analisar o veto à lei que alterou o rateio dos royalties do petróleo. Apesar das dúvidas entre os próprios ministros sobre qual será a decisão, o tribunal confirmará que o Orçamento 2013 poderá ser votado mesmo sem a apreciação dos vetos. Relator do processo e responsável pela liminar, o ministro Luiz Fux adiantou que manterá seu entendimento na sessão. Para ele, o Congresso só pode votar os vetos que favoreceram o Rio e o Espírito Santo se forem votados antes dos outros 3 mil vetos.

Enquanto isso, no seu entendimento, o Orçamento pode ser votado normalmente. Mas parte dos ministros se mostra desconfortável com os efeitos dessa decisão. Alguns indicaram que podem reduzir o alcance da liminar. A decisão só valerá para os vetos mais recentes – aqueles que foram publicados nos 30 dias anteriores à concessão da liminar. Assim, os vetos que esperam há anos a apreciação do Congresso seriam, na prática, esquecidos.

Essa visão atenderia aos apelos feitos pela Advocacia-Geral da União em memorial entregue ao STF. O governo argumentou, no documento, que exigir a votação de todos os vetos levaria o Congresso a um colapso. Seriam necessários, pelos cálculos da AGU, três anos só para votar todos os vetos. O governo receia especialmente os impactos financeiros da derrubada de determinados vetos. Uma estimativa da AGU indicou que a União perderia R\$ 471 bilhões se todos os vetos fossem derrubados. Se esse entendimento prevalecer, os estados produtores de petróleo poderão sair prejudicados. O Congresso estará com

o caminho aberto para votar os vetos mais recentes e rapidamente poderia apreciar e derrubar o veto à divisão dos royalties mais benéfica aos estados não-produtores.

Ontem, deputados do Rio e do Espírito Santo fizeram uma romaria aos gabinetes dos ministros do STF na tentativa de convencê-los a manter a liminar concedida pelo ministro Luiz Fux – que é do Rio. "A regra que nós estamos defendendo é a decidida pelo ministro Fux: que os vetos tenham que obedecer à ordem cronológica e que as demais matérias não sejam trancadas pela votação dos vetos", afirmou Alessandro Molon (PT-RJ), autor do mandato de segurança que gerou a decisão do Supremo. "Isso não coloca risco para o País e vai obrigar o Congresso a trabalhar, ou seja, apreciar veto por veto, os três mil que deixou de votar".

Parlamentares de oposição também se reuniram com ministros da Corte, mas para defender que a pauta do Congresso permaneça trancada enquanto não forem votados os vetos. "A Constituição é clara ao dizer que antes de se apreciar os vetos não se vota nada no Congresso Nacional", afirmou o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). "A nossa tese é de que todos os vetos que estão para ser analisados na casa devem ser analisados, sem que haja qualquer modulação ou qualquer anistia dos vetos pra trás."

A polêmica que nasceu no Congresso e que desaguou no Supremo é mais um dos episódios em que as negociações políticas deixavam de lado a legislação. A Constituição determina que os vetos devem ser votados em 30 dias pelo Congresso, sob pena de a pauta da Casa permanecer trancada. Durante anos, as negociações políticas impediam a votação dos vetos, o que criou o estoque de mais de 3 mil pendentes de decisão.



RBITA

E O MINISTRO?

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) disse ontem que a presidente Dilma Rousseff ainda não escolheu o futuro ministro do STF que substituirá Carlos Ayres Britto, aposentado desde novembro. Cardozo esteve com o presidente da Corte, Joaquim Barbosa, e afirmou que não recebeu crítica pela demora na indicação. Ele minimizou a indefinição e disse que não há prazo para a escolha do novo integrante do STF.

NO PRAZO

Revisor do processo do Mensalão, o ministro do STF Ricardo Lewandowski, disse ontem que vai liberar a revisão de seu voto respeitando "rigorosamente" o prazo regimental, que é de 60 dias e termina em 1º de abril. Lewandowski disse que respeitar, no entanto, não significa esgotar o prazo. Ele sustentou ainda que não vai realizar nenhuma retificação na essência de suas teses levantadas no processo.

Um dos mais tradicionais motéis de São Paulo, o Voyage Motel atende todas as necessidades e expectativas de seus clientes, em um ambiente de aconchego, discrição e serviços diferenciados.

TODAS AS SUÍTES POSSUEM:

- Ar-condicionado
- Secador de cabelo
- Tv de LED 47"
- DVD e rádio
- Gerador
- Garagem automática para 2 carros

PERÍODOS
Dom. a 5ª - 5 horas (Pernoite das 18h às 14h)
6ª, Sáb. e Véspera de Feriados - 4 horas (Pernoite das 2h às 14h)

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

ENTRADA

Fone: (11) 3966-9877
Av. Otaviano Alves de Lima, 41 - Bairro do Limão - São Paulo
www.voyagemotel.com.br

ESTAMOS SEMPRE BUSCANDO A SATISFAÇÃO DE NOSSOS CLIENTES.

POSSUÍMOS COZINHA INTERNACIONAL 24 HORAS

SUÍTE ROSA (com duchal)



SUÍTE AZUL (com hidrô)



SUÍTE VERDE (com hidrô/sauna)

